

CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE CATU E OS SEUS DESAFIOS AO ASSOCIATIVISMO

Joana Fidelis da Paixão (*), Esaú Alisson Sousa Santos, Lizza Adrielle Nascimento Santos

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano/ Campus Catu.

RESUMO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê a eliminação dos lixões, associada à inclusão social e a emancipação econômica dos catadores de material reciclável e reutilizável. No entanto, ainda há quase três mil lixões no Brasil e a Bahia é o estado que apresenta mais municípios com presença de lixões, sendo 360 municípios. Em Catu (Ba) há um aterro controlado, mas o mesmo apresenta irregularidades em seu funcionamento, em relação às normas ambientais brasileiras específicas. Nesse local, catadores de material reciclável segregam os resíduos sólidos domiciliares e os comercializam sem realizar prensagem, trituração ou enfardamento, o que aumentaria o valor do produto comercializado. 20 catadores foram entrevistados no aterro de Catu e também foram entrevistados 4 catadores de uma associação. Em geral, a renda dos catadores é complementada por recursos de programas sociais do Governo Federal (em Catu, 4.494 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre 2008 e 2009). A PNRS, em seu artigo 8º, define dentre os seus instrumentos “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”, mas na conjuntura atual, o nível de associativismo é muito baixo entre os catadores do município e um dos principais desafios ao atendimento desse instrumento da PNRS envolve uma mudança de paradigma da sociedade, dos catadores e das empresas, além de capacitação técnica e soluções para o estabelecimento de ganhos por produtividade.

PALAVRAS-CHAVE: Catadores, Material reciclável, Resíduos sólidos.

INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos de origem urbana compreendem aqueles produzidos pelas inúmeras atividades desenvolvidas em áreas com aglomerações humanas, abrangendo resíduos de várias origens, incluindo os domiciliares, comerciais e os de limpeza pública (varrição capina, poda e outros). Esses resíduos são passíveis de redução de seu volume e aproveitamento econômico por meio da reciclagem (e.g. plástico, papel, latas de alumínio), em detrimento da sua disposição ou incineração, sendo que a responsabilidade do seu gerenciamento é da prefeitura (Tocchetto, 2009).

A disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos é um dos problemas ambientais mais críticos da atualidade, pelo passivo de solos contaminados que originou ou pela prática inadequada de disposição final. O depósito de resíduos sólidos a céu aberto ou lixão é uma forma de disposição inadequada, sem compactação ou cobertura dos resíduos, o que propicia a poluição do solo, ar e água, bem como a proliferação de vetores de doenças. No aterro, por sua vez, os resíduos são dispostos de uma forma controlada e segura, mas para alcançar a sustentabilidade é pertinente conjugar o uso dos aterros com soluções de minimização dos resíduos.

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2008), entre 2000 e 2008, o manejo dos resíduos sólidos passou a existir em todos os municípios brasileiros em 2008, frente à cobertura de 99,4% dos municípios em 2000. Em oito anos, o percentual de municípios que descartavam seus resíduos em lixões a céu aberto foi reduzido de 72,3% para 50,8%, enquanto os que utilizavam aterros sanitários cresceram de 17,3% para 27,7%. No mesmo período, o número de programas de coleta seletiva passou de 451 em 2000 para 994 em 2008, concentrando-se, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, onde, respectivamente, 46% e 32,4% das entidades prestadoras desses serviços nos municípios brasileiros informaram dispor de coleta seletiva em todos os distritos. Nos municípios, a prestação dos serviços de manejo dos resíduos sólidos é atribuição exclusiva das prefeituras (59,1%), enquanto em 31,2% destes, a fornecimento desses serviços incluía outras entidades. Segundo o IBGE (2008), os lixões ainda são o destino final dos resíduos sólidos em 50,8% dos municípios brasileiros. Contudo houve uma melhoria significativa no manejo dos resíduos sólidos nas últimas décadas.

TEXTO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei nº 12.305/2010) prevê a eliminação dos lixões, associada à inclusão social e a emancipação econômica dos catadores de material reciclável e reutilizável. No entanto, ainda há quase três mil lixões no Brasil e a Bahia é o estado que apresenta mais municípios com presença de lixões, sendo 360 municípios (IBGE/PNSB, 2008). O Relatório de Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a Gestão de Resíduos Sólidos (IPEA, 2010) revela que o País perde R\$ 8 bilhões/ano por não reciclar 100% dos resíduos

recicláveis, cuja destinação final são os aterros e lixões das cidades brasileiras. O relatório estima os benefícios econômicos e ambientais da reciclagem e propõe instrumentos como pagamento por produtividade para aumentar a renda dos catadores e crédito para as cooperativas.

Os esforços voltados para o reaproveitamento de resíduos e a inclusão social de catadores em cooperativas, com garantia de renda e seguridade social, estão em consonância com o atendimento de diretrizes da PNRS. Em se tratando do planejamento da gestão de resíduos sólidos no país, para que seja realizado com qualidade, é imprescindível o desenvolvimento de pesquisa e extensão na geração de informações, desenvolvimento e melhoria de tecnologias, além de profissionalização e apoio institucional aos atores sociais diretamente envolvidos com essa temática.

Por força do Decreto nº 5.9040/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, o IF Baiano, através da Portaria nº 982/2011, instituiu Comissões nos Campi do Instituto para o atendimento ao disposto no Decreto, que requer o estabelecimento de parceria com cooperativa de catadores de material reciclável. Contudo, em Catu, município que tem uma população estimada em 51.075 habitantes (IBGE, 2010), não há uma cooperativa formalizada e, portanto, ainda não foi firmado Termo de Compromisso para a destinação dos resíduos sólidos do IF Baiano - Campus Catu.

A concepção deste projeto levou em consideração (1) o papel da educação e a sua relação com o exercício da cidadania (a Lei nº 9.394/1996, Art. 35 estabelece como finalidades do ensino médio a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, o seu aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico), (2) a convocação (por força de Decreto) para que todas as instituições públicas, incluindo escolas e demais instituições de ensino colaborem com a nova ordem mundial de combate ao desperdício e erradicação da pobreza (essa última faz parte dos 8 objetivos do milênio) e (3) a recém-publicada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei nº 12.305/2010).

Dessa forma, os objetivos desse trabalho são: traçar o perfil dos catadores de Catu, identificar no município os principais desafios ao desenvolvimento de uma cooperativa de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e estimular criação de uma cooperativa no município, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Metodologia Utilizada

A pesquisa foi dividida metodologicamente em etapas que contemplaram os seguintes passos: 1. Pesquisa de informações sobre o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na literatura específica; 2. Levantamento da normatização e legislação referente ao assunto; 3. Visitas técnicas ao aterro e aplicação de questionários aos catadores de materiais recicláveis; 4. Visita técnica a uma associação de 4 catadores existente no município de Catu e aplicação de questionários; 5. Visita à prefeitura municipal e aos órgãos de fiscalização ambiental, para a obtenção de informações sobre a gestão de resíduos sólidos em Catu; 6. Análise dos dados e informações obtidas para a identificação dos principais gargalos à implantação de uma cooperativa no município; 7. Pesquisa de casos de sucesso na implantação de cooperativas de catadores; e 8. Realização de uma Oficina de capacitação dos catadores ao cooperativismo (etapa a ser realizada). Foram entrevistados 20 catadores no aterro de Catu e também 4 catadores de uma associação, a Associação do Bom Viver.

Com a finalidade de auxiliar na capacitação técnica da comunidade de catadores de materiais recicláveis do município de Catu no acesso a informações sobre o tema Pagamentos Ambientais Urbanos para a Gestão de Resíduos Sólidos, em um primeiro momento de levantamento de dados, uma atenção especial foi dada à obtenção de informações associadas à coleta de lixo, ao cooperativismo, ao perfil de renda atual e condições de trabalho dos catadores em Catu, além das demandas da comunidade de catadores por assistência técnica.

Resultados Obtidos

Em Catu (Ba) há um aterro controlado, mas o mesmo apresenta irregularidades em seu funcionamento, em relação às normas ambientais brasileiras específicas. No aterro de Catu foram entrevistados 20 catadores, sendo 16 homens e 4 mulheres. A maioria dos catadores é de jovens adultos. Vários catadores (independente da idade) já tiveram outra profissão (e.g.: eletrotécnico, borracheiro, cozinheira, jatista etc.). Quanto ao estado civil, a maioria dos catadores é

casada, mas muitos são amigados (moram juntos) ou são solteiros. Apenas um entre os vinte entrevistados declarou não possuir moradia. A maioria mora em residência alugada, mas há vários que tem casa própria.

No aterro de Catu, os catadores segregam os resíduos (separam por plástico, metal, vidro etc), organizam o material recolhido em sacos (big bags) e os transportam até a guarita do aterro, onde mensalmente ocorre a comercialização. Depois de segregado, o material é vendido ao atravessador sem prensagem, trituração ou enfardamento, o que aumentaria o valor do produto comercializado. O papel/papelão é comercializado a R\$ 0,10/Kg, o vidro a R\$ 0,20/Kg, o metal de R\$ 2,00/Kg a R\$ 4,00/Kg e o plástico a R\$ 0,50/Kg. Alguns materiais são também vendidos por unidade.

Foi possível verificar entre os catadores entrevistados, que a atividade de catação, segregação dos resíduos e a sua comercialização são as principais atividades produtivas desempenhadas por estes trabalhadores, mas que vencimentos de programas sociais do Governo Federal complementam a renda mensal destas pessoas (em Catu, 4.494 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre 2008 e 2009 (MDS/SEI, 2011)).

Esses trabalhadores atuam de maneira autônoma, sem vínculo empregatício. A maioria dos entrevistados declarou ter renda de até R\$ 200,00/mês ou de R\$600 a R\$800,00/mês. Essa diferença significativa está atrelada tanto à variação do esforço individual, quanto ao fato de que vários catadores trabalham em família e esse trabalho colaborativo auxilia no alcance de uma renda maior. Todos os entrevistados declararam que não participam de cooperativa de catadores. No entanto, a maioria dos catadores declarou ter interesse em fazer parte de uma cooperativa (Figura. 1).

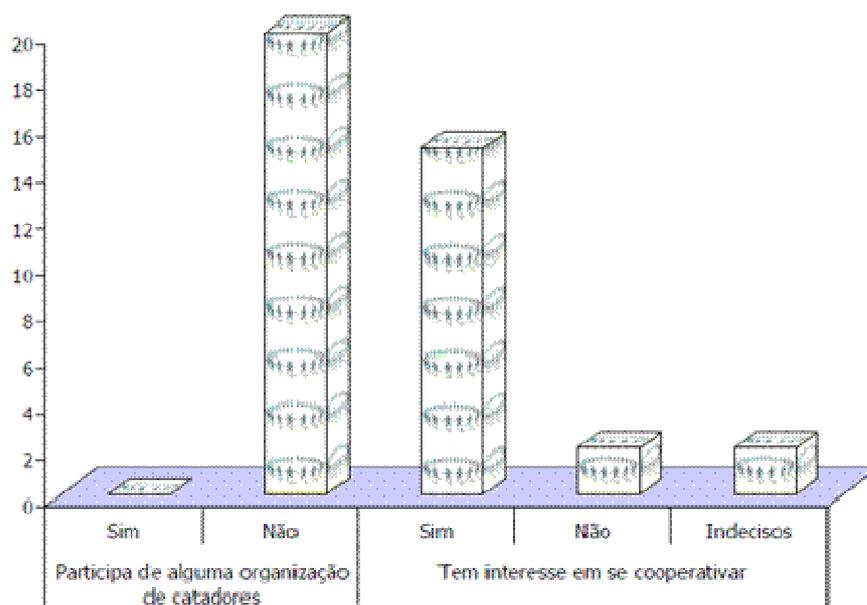


Figura 1: Respostas dos catadores acerca da participação em cooperativa

Além dos catadores de material reciclável que realizam suas atividades no aterro de Catu, há também a Associação Beneficente Comunitária São Judas do Bom Viver, criada em 1998 e com 16 associados na ocasião da sua fundação. Atualmente são 50 associados, incluindo 8 catadores de material reciclável. Na associação funciona uma creche para acolhimento das crianças do bairro, cujas mães necessitam de um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham, em consórcio com o galpão de triagem e prensagem de resíduos, o qual as crianças não têm acesso.

Na Associação do Bom Viver, dos recursos financeiros obtidos com a comercialização dos resíduos é retirado o valor correspondente às despesas com energia, e o restante é repartido igualmente entre os catadores associados. Segundo a diretora da associação, Sr. Gilsélia, os catadores conseguem obter no máximo R\$ 150,00, nos meses de maior disponibilidade de resíduos, principalmente no final de ano. A associação é registrada na Receita Federal e na Prefeitura Municipal de Catu. Através de um projeto apoiado por uma fundação bancária, a associação adquiriu máquina de

prensagem, carrinhos e empilhadeira; e por doação de uma empresa da região, recebeu containers com identificação por tipo de resíduo (e.g.: plástico, metal, vidro etc). Assim como os catadores do aterro, os catadores da associação também estão inseridos no Programa Bolsa-Família do Governo Federal.



Figura 2: a) Disposição de resíduos sólidos no aterro de Catu; b) Catadores de material reciclável segregando os resíduos; c) Resíduos segregados e dispostos em big bags; d) Bacia de contenção do chorume (inoperante); e) Sra. Gilsélia, líder comunitária e diretora da Associação de Catadores do bairro Bom Viver (Catu); f) Equipamento da Associação do Bom Viver para realizar a prensagem de materiais recicláveis.

A Associação do Bom Viver recebe a doação de resíduos recicláveis de empresas sediadas na região e de escolas, mas passa por um momento de crise. Devido à reduzida remuneração dos catadores, estes estão desestimulados em dar continuidade ao trabalho de catação, segregação, prensagem e comercialização dos resíduos recicláveis. A principal dificuldade da associação é o transporte dos resíduos, visto que a associação não dispõe de veículo próprio, necessitando de empréstimo mediante o custeio do combustível, que também é uma despesa considerada alta, pela

dirigente da associação. Além disso, a associação repassa os resíduos a um atravessador, a um valor similar (ligeiramente mais elevado) ao praticado no aterro de Catu.

Conclusões/Recomendações

O levantamento das informações e dados deste trabalho são relevantes para a análise de oportunidades de intervenção direcionadas à não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Este trabalho elucidou que na conjuntura atual, o nível de associativismo é muito baixo entre os catadores de material reciclável do município de Catu. Dessa forma, a superação dos principais desafios à (1) melhoria da qualidade de vida e ocupacional dos catadores, à minimização das condições de insalubridade e periculosidade do trabalho dos catadores que atuam no local de disposição final dos resíduos (situação irregular de acordo com a legislação); (2) adesão dos catadores a uma cooperativa (instrumento preconizado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos); (3) solução do problema dos ganhos por produtividade em uma cooperativa, levantado pelos catadores; (4) comercialização dos resíduos diretamente à empresa recicladora (eliminando-se o atravessador e aumentando a remuneração dos catadores), requer uma colaboração mais incisiva da prefeitura municipal, o apoio técnico para a articulação com as empresas sediadas na região (que é uma região petrolífera), a capacitação técnica orientada ao associativismo, além de uma mudança de paradigma da cultura do desperdício e da disposição de resíduos sem segregação (orgânicos/inorgânicos, ou melhor: papel e papelão, plástico, vidro etc) por parte de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, 2010. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Brasília, 23 de dezembro de 2010.
2. IBGE. 2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Plano Nacional de Saneamento Básico.
3. Tocchetto, M.R.L. 2009. Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais. Universidade Federal de Goiás. Curso de Especialização em Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos e Líquidos.